

QUE PAÍS É ESSE? ¹

GEOGRAFIA, Rio Claro, v. 32, n. 1, p. 275-278, jan./abr. 2007.

Partindo de dez perguntas sobre diferentes temáticas, o livro "Que país é esse? Pensando o Brasil contemporâneo", organizado por Edu Silvestre de Albuquerque, e prefaciado por Carlos Lessa, apresenta um panorama de interpretações sobre o território brasileiro, desenvolvido por geógrafos de diferentes áreas da ciência geográfica e de distintas universidades do país.

O primeiro capítulo, intitulado - "Por que os bancos são o melhor negócio do país? Hegemonia financeira e geografia das redes bancárias", Leila Christina Dias (UFSC) destaca como se dá a atuação dos bancos no território brasileiro, que, conforme argumenta a autora, constituem formas de poder e domínio do espaço, o que se dá de maneira articulada entre as escalas geográficas. Destaca-se a implantação das redes de telecomunicações, que permitiram a organização das agências e a fluidez das informações do sistema bancário no território nacional. A partir da década de 70 e principalmente nos anos 90, o país passa por um processo de reorganização dos sistemas financeiro e bancário, com o fechamento e mais tarde a vinda de uma série de bancos estrangeiros, com um movimento de fusões e incorporações, o que conseqüentemente acarretou uma redução do Estado no setor financeiro. A autora analisa como estes agentes se tornam extremamente lucrativos no território nacional, com a cobrança de uma série de taxas, com a incorporação de tecnologias modernas e aumento do número de serviços oferecidos pelos bancos (crédito, seguros, etc.). Assim, bancos e instituições financeiras hoje se mostram como importantes agentes da organização territorial no Brasil.

No capítulo "Para onde irão as indústrias? A nova geografia da industrialização brasileira" Luiz Lopes Diniz Filho (UFPR) aborda o já tradicional tema da localização da atividade industrial no Brasil. A originalidade do trabalho reside na contestação da localização das indústrias num polígono específico do território (que abrangeria parte das regiões sudeste e sul), para defender a atual desconcentração industrial que se realiza por diversas regiões do território brasileiro. Ainda que de certa forma concentrada no Sudeste do país, e principalmente no Estado de São Paulo, a atividade industrial no território brasileiro apresenta fortes indícios de desconcentração, fato que ocorre de modo geral em todas as regiões do país, bem como uma nova localização desta atividade no interior de cada um dos estados brasileiros. Assim, o autor destaca o surgimento de novas "ilhas de dinamismo" em todas as regiões do território nacional. Contudo, ainda ocorre a concentração de atividades industriais especializadas no território, e o processo de desconcentração se dá principalmente em atividades menos intensivas em tecnologia, fazendo com que a heterogeneidade regional ainda persista e mesmo se aprofunde em alguns casos.

Marcelo Lopes de Souza (UFRJ) discorre sobre o que o próprio autor denomina de "fobófoles", ou seja, as "cidades do medo", no capítulo intitulado - "Clima de guerra civil? Violência e medo nas grandes cidades brasileiras". Do controle do território pelo tráfico de drogas, como no caso das favelas das grandes metrópoles brasileiras, ao caso dos "condomínios exclusivos", fruto da "fuga" da violência por seletos grupos sociais, presentes também nas grandes cidades, o espaço urbano é apresentado como uma série de fragmentos e de "enclaves territoriais". No caso dos condomínios fechados, como destaca o autor, estas "bolhas de superproteção" não constituem a solução para o problema da violência urbana, e as vezes mesmo o agrava. São apontadas questões como a governabilidade e necessária reconstrução dos processos democráticos de gestão do espaço urbano, além de geração de renda para a população mais pobre, caminhos que poderão levar a uma reforma urbana consistente.

A contribuição de María Laura Silveira (USP) no capítulo intitulado - "Porque há tantas desigualdades sociais no Brasil? Um panorama da riqueza e da pobreza brasileira" aborda a importante questão da produção das desigualdades no território nacional. Buscando as raízes da

¹ ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de (org.) **Que país é esse?** Pensando o Brasil contemporâneo. São Paulo: Globo, 2005. 372p. ISBN 852504058-4.

produção das desigualdades sociais, a autora analisa o problema a partir do próprio movimento de transformação do território brasileiro, desde o início de sua formação até aos dias atuais. O território é elemento chave na análise, porque se consolida de forma desigual, oferecendo diferentes oportunidades para a sociedade brasileira. Fazendo referências à Milton Santos, a autora analisa, em diferentes períodos, como o território brasileiro conhece, primeiramente, uma “pobreza incluída”, fruto principalmente de uma estrutura injusta das propriedades rurais, para mais tarde, com os processos de integração, industrialização e urbanização do território nacional, hoje somados aos fenômenos de globalização e neoliberalismo, conhecer uma verdadeira “pobreza estrutural” que é mesmo produzida de forma científica, globalizada e voluntária. Como enfatiza a autora, o restabelecimento das funções sociais do Estado será de fundamental importância para por fim aos interesses corporativos que se fazem no território brasileiro hoje, na intenção de banir de nossa nação a pobreza estrutural ora instalada.

No capítulo – “Somos um país de jovens? Mitos e realidades do perfil demográfico brasileiro”, os professores Fausto Brito e José Alberto de Carvalho (Cedeplar-UFMG) procuram desmistificar idéias comuns e bastante sedimentadas no imaginário brasileiro, tal como é o caso da explosão demográfica. A idéia difundida nos anos 60 e 70 de um crescimento exorbitante do contingente populacional brasileiro é contestada a partir das observações feitas pelos autores, que apontam para uma reversão do crescimento populacional, fruto da queda das taxas de fecundidade no Brasil, já nos anos 90. Os autores também abordam a diminuição das migrações para o sudeste, e sua reorientação para outras regiões do país, além do processo de evolução da população jovem para uma população idosa.

O texto de Edu Silvestre de Albuquerque (Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR), versa sobre o papel do Brasil no contexto geopolítico da América Latina. Com o título – “O Brasil lidera a América Latina? Estratégias subimperialistas na periferia: as pretensões hegemônicas brasileiras”, o autor nos traz um resgate do pensamento geopolítico sobre o Brasil, enfatizando o papel do país no conjunto da América Latina. Demonstrando as pretensões do Brasil, principalmente na América do Sul, o autor destaca a postura expansionista/imperialista do país no subcontinente através de políticas como a formação do Mercosul (que funciona mais para as empresas multinacionais do que para as dos países que constituem o bloco), a construção de infraestruturas de integração regional, a atuação da Petrobrás em países vizinhos, etc., além de projeções internacionais outras, tais como acordos tecnológicos com a China para a aquisição de imagens orbitais por um satélite conjunto, a presença em Alcântara (MA) da base de lançamento de foguetes, entre outros, constatando assim a posição diferenciada do Brasil pela prática de “estratégias subimperialistas” que se restringem à América Latina, e de forma subordinada à ação dos Estados Unidos.

No capítulo “Por que não perdemos a soberania sobre a Amazônia? Região Amazônica: uma análise geopolítica”, a professora Bertha Becker (UFRJ) analisa como o Brasil tem enfrentado as pressões externas sobre esta importante parte do território nacional, e como a região tem se transformado de modo significativo, desde os anos 60, e caminhado para a consolidação do seu desenvolvimento. Fazendo um resgate das questões que envolvem o debate político acerca da Amazônia no contexto internacional, a autora demonstra como a condução da problemática ambiental no período atual transforma a realidade do uso do território na Amazônia, exigindo políticas que efetivassem tanto o desenvolvimento/integração como recursos de preservação da natureza na região. Assim, Bertha Becker afirma que o Brasil tem sido bem sucedido no que tange a manutenção da soberania sobre a Amazônia, chamando a atenção aos problemas que ainda afetam a região, tal como o conflito da agroindústria e o uso sustentável, as atividades ilícitas realizadas nas áreas de fronteira e a ausência do Estado no que tange ao atendimento das demandas sociais e no cumprimento das leis na região.

Ricardo Castillo (UNICAMP), no capítulo intitulado “Exportar alimentos é a saída para o Brasil? O caso do complexo da soja”, analisa as características atuais do campo brasileiro modernizado, utilizando-se do exemplo da soja nos modernos *fronts* agrícolas. Enfatizando o papel de importância que a exportação de *commodities* possui nas políticas nacionais, o autor analisa os investimentos em infraestruturas adicionadas ao território para a produção e circulação da soja (como rodovias, ferrovias e hidrovias), com o intuito de diminuir o chamado “custo Brasil” e tornar o país competitivo frente aos demais produtores internacionais. Estas novas infraestruturas

territoriais demandam grandes investimentos públicos e muitas vezes são utilizadas de forma praticamente monofuncional ao cultivo da soja. Também é destacado o papel das grandes empresas, na sua maioria multinacionais, que viabilizam o cultivo entre produtores na região Centro Oeste e também o surgimento de novas áreas produtoras no país. O autor enfatiza que o cultivo da soja, da forma como tem sido realizado atualmente no Brasil, acaba por criar regiões funcionais aos mercados internacionais, por estas se mostrarem obedientes às ordens externas, tornando-se assim frações alienadas do território nacional.

No capítulo intitulado "As florestas vão desaparecer? Um retrato da situação ambiental do país", Dirce Maria Suertegaray (UFRGS) nos oferece um panorama da situação ambiental no Brasil, com ênfase nos diferentes conjuntos de paisagens. Resgatando as características das fisionomias naturais até as especificidades dos usos atuais, a autora apresenta a situação das florestas da Mata Atlântica, por demais alteradas na área de maior concentração urbana do país; da caatinga no nordeste, destacando processos locais de "desertificação"; do cerrado no planalto central, paisagem que atualmente vem sendo por demais transformada pela expansão do agronegócio, principalmente da soja; das paisagens de pradarias e matas no sul do país, apontando o surgimento dos chamados areais com usos agrícolas indevidos; e por último a floresta amazônica, principal alvo de interesses internacionais por se tratar de enorme reserva de biodiversidade conjugada com vasta uma riqueza cultural, que hoje também se manifesta pela presença de movimentos sociais próprios da região. Também são incluídas paisagens como a Pantaneira, a da Floresta dos Cocais e as paisagens urbanas, enfatizando os problemas ambientais das grandes metrópoles. Por fim, a autora sinaliza que os conjuntos paisagísticos de florestas estão, muitas vezes, dando lugar a florestas plantadas, o que ocorre conjuntamente com a expropriação de populações locais, o que acaba por fazer desaparecer não só a biodiversidade como aspectos culturais regionais no território brasileiro.

O último capítulo do livro versa sobre a questão da água. No texto – "A água vai acabar? A importância dos conflitos pela água na formação do Brasil", Pedro Vianna (UFPB) apresenta os aspectos políticos do uso das águas e os conflitos pelo uso deste recurso. Vianna aborda os conflitos pela água em diferentes escalas territoriais, exemplificando com as ocorrências na bacia Platina e Amazônica para depois analisar os conflitos entre as unidades da federação no Brasil entorno da criação de reservatórios para a geração de energia em áreas de fronteiras estaduais e a recente política de transposição das águas do rio São Francisco no Nordeste. Conflitos e interesses distintos de uso da água também ocorrem entre os municípios e diferentes agentes sociais e econômicos, muito elucidados pelo autor, visando destacar a importância de zelarmos por políticas que atendam a interesses diversos e que garantam o acesso à água para todos.

O livro organizado por Edu Silvestre de Albuquerque constitui leitura importante no que tange à atualização de temas fundamentais e consagrados da geografia brasileira, colaborando assim com a tarefa de interpretar geograficamente o território brasileiro neste início de século.

MIRLEI FACHINI VICENTE PEREIRA

(Geógrafo, aluno do doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia, IGCE, UNESP, Rio Claro. Bolsita CNPq, Brasil. mirleipeireira@yahoo.com.br)